

'Projeto Mercúrio' revela uma péssima situação nos garimpos

O relatório parcial de avaliação da degradação ambiental nas áreas de extração de ouro no Estado do Pará — Projeto Mercúrio — foi divulgado ontem. Após um ano de pesquisas e estudos nos garimpos de Serra Pelada, Cumaru e Gurupi, a depredação do meio ambiente e os danos físicos causados aos garimpeiros, pela utilização do mercúrio, constam no relatório parcial. A implementação das medidas recomendadas para evitar a degradação ambiental e proteger a saúde dos garimpeiros, entretanto, requer recursos financeiros ainda não assegurados pelos governos estadual e federal. Antes da entrega do relatório, foi apresentado um vídeo, realizado pelo professor Wagner Fernandes, da Universidade Federal do Pará (UFPA), sobre o trabalho realizado nos garimpos.

O trabalho resultou de um convênio firmado entre as secretarias de Estado de Saúde Pública (Sespa) e Especial de Meio Ambiente (SEMA) e da participação de instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Docegeo, Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), Instituto de Desenvolvimento Sócio-Econômico do Pará (Idesp), Funai, Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom) e Fundação de Serviços de Saúde Pública. O trabalho interinstitucional e multidisciplinar envolveu a participação de engenheiros químicos e agrônomos, geoquímicos, químicos industriais, biólogos, pedagogos, bioquímicos, sanitaristas, geólogos e sociólogos.

Histórico

A introdução do relatório, feita pelo secretário Nilo Almeida, da Sespa, traz um breve histórico da origem do relatório. O secretário declarou que "a forma assustadora como está sendo conduzida a garimpagem de ouro no Estado, aliada à preocupação referente aos inúmeros problemas decorrentes de tal atividade, principalmente pela utilização indiscriminada do mercúrio e da degradação física das áreas mineradas, gerando riscos graves e insidiosos para a saúde humana e agressão ao ambiente natural, constitui a origem do trabalho". Os resultados alcançados e constantes no documento refletem o estágio avançado de degradação ambiental e as péssimas condições de vida nos garimpos pesquisados. O relatório deixa claro que há necessidade de se estabelecerem, definitivamente, as diretrizes e normas técnicas para disciplinar as atividades de garimpagem.

O estabelecimento dessas diretrizes e normas técnicas estaria não apenas voltado à correção de situações críticas já existentes, mas também "para a capacidade de prevenir extremos, através da conciliação entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico-social". O documento seria um primeiro esforço para a elaboração do diagnóstico ambiental de áreas de extração de ouro do Estado, com os estudos se concentrando, inicialmente, nos garimpos de Serra Pelada, Cumaru e Gurupi.

Reuniões

A degradação ambiental das zonas de garimpagem é resultante da exploração desordenada ao longo dos anos, tendo se agravado na década de 80, devido ao uso indiscriminado do mercúrio, causador de danos ao homem e ao meio ambiente. A preocupação quanto ao problema foi manifestada durante reunião entre a Sespa e o DNPM, na qual decidiu-se a realização de uma viagem de inspeção técnica ao garimpo de Gurupi. Devido ao interesse de diversas enti-

dades do Estado, houve a necessidade da formação de um grupo multidisciplinar e interinstitucional, integrando o conhecimento especializado das diversas áreas onde atuam essas instituições.

Foram realizadas, então, diversas reuniões sobre o problema, sendo discutidas questões como a conscientização das comunidades frente à utilização do mercúrio, a realidade das análises ecotoxicológicas, elaboradas como forma de avaliar os níveis de contaminação por mercúrio, e a criação de um grupo, a fim de concretizar as propostas apresentadas nas reuniões. A concretização das propostas, inicialmente, se fez através da elaboração e aplicação de formulários nos garimpos visitados, visando recolher dados para relatórios sobre cada uma das zonas garimpeiras e à avaliação quantitativa do uso do mercúrio, a partir de informações estatísticas, para finalmente viabilizar a alocação de recursos, de modo a intervir adequadamente na questão.

Mercúrio

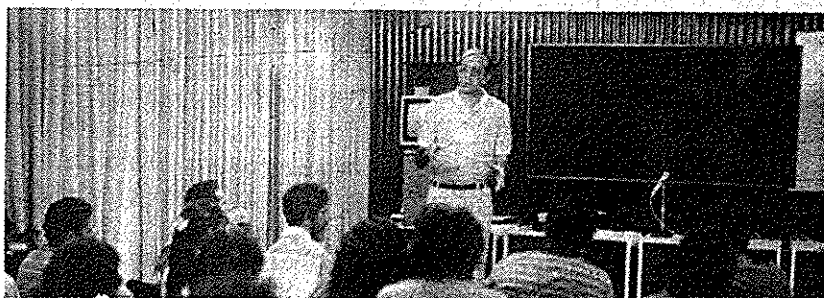
O diretor do Departamento de Ações Básicas da Sespa, Izamir de Araújo, declarou que as primeiras informações obtidas "foram alarmantes". Para cada grama de ouro obtido, são utilizados 2,5 quilos de mercúrio no processo de amalgamação. Esse processo consiste na queima conjunta do ouro e mercúrio, de forma a melhor separar o metal das impure-

zas por intoxicação. Além disso, o sistema orgânico dos intoxicados por mercúrio se torna pouco resistente a doenças comuns na região, como a leishmaniose e a malária e outros males decorrentes da falta de infraestrutura básica nas áreas de saneamento, saúde e alimentação. "Será que vale a atividade garimpeira, se grande parte do que se ganha é gasto no próprio garimpo e o que resta é dispendido no tratamento da própria saúde?", indagou Izamir de Araújo.

Legislação

Nas considerações finais do relatório, são abordados aspectos sobre legislação, desvio de produção, comercialização do mercúrio, desmatamento e poluição, entre outros, assim como as características de cada garimpo estudado. Muitos desses aspectos são decorrentes da ausência de medidas disciplinadoras, apesar da existência de legislação sobre a proteção ambiental. A falta dessas medidas leva a atividade garimpeira à clandestinidade e a consequências desastrosas, afirma o relatório. Uma delas seria o não planejamento prévio da exploração do bem mineral, que leva a simultaneidade entre a pesquisa e a lavra, não se levando em conta o meio ambiente e acabando por prejudicar a exploração do ouro.

Uma das consequências da despreocupação com o meio ambiente é a colocação dos rejeitos de terra às proximidades das frentes de lavra, tornando-as inviáveis e acarretando



Izamir disse à platéia que as informações "foram alarmantes"

zas. Na amalgamação, o mercúrio queimado se transforma em vapor e sobe para a atmosfera, de onde mais tarde se precipita em forma de chuva, contaminando o meio ambiente e afetando o garimpeiro, seja através da cadeia alimentar ou pelo contato direto com a substância. O mercúrio também é despejado nos rios, durante o processo de separação do ouro do refugo de terra restante e não aproveitado.

Izamir de Araújo informou que, assim, o mercúrio atinge altos níveis de concentração nos leitos dos rios vizinhos às zonas de garimpagem. A estimativa é de que, no leito do rio Madeira, estejam depositadas cerca de 400 toneladas de mercúrio. No Tapajós e Xingu, essa quantidade atinge, respectivamente, 250 e 150 toneladas. O mais grave é que a maior parte desse mercúrio é obtido através de contrabando, pois a produção nacional é ínfima e a Cacex, instituição do Banco Central que autoriza qualquer importação feita no país, não registra a compra de tal quantidade de mercúrio.

Nos rios, a substância acaba se misturando às plantas aquáticas e microorganismos que servem de alimentação para os peixes. Esses, por sua vez, são consumidos pelos garimpeiros, que acabam contaminados, de forma indireta, pelo mercúrio, ficando sujeitos, em consequência, a alterações irreversíveis em seus sistemas nervosos, queda de cabelo, pelos e dentes, perda de visão, diarreias constantes, leucemia, febre, estado de coma e, por último, morte

um gasto adicional considerável. Outra consequência seria a localização dos garimpos em áreas de cobertura vegetal extensa, onde o manancial hídrico, fauna e flora acabam em desequilíbrio, devido à atividade garimpeira não racional.

O desmatamento deixa o solo desprotegido, empobrecendo-o e sujeitando-o a erosões, que acabam por assorear os rios vizinhos. Além do assoreamento, são jogadas toneladas de mercúrio nos rios, seja através do despejo direto ou da queima do mercúrio a céu aberto, que acaba se precipitando com a chuva. Foi constatado que a comercialização do mercúrio "uma substância tóxica, é feita livremente em farmácias, bares e mercearias, com a indicação, no frasco, de que seria usado em prática odontológica".

Imposto

Os dados comerciais, apesar de aparentemente não estarem diretamente relacionados à questão ambiental, estão de forma indireta, pois a arrecadação do Imposto Único sobre Minerais (IUM) poderia ser revertida em favor das comunidades garimpeiras. Ficou constatada, no entanto, a taxação irrisória do ouro extraído nas três zonas garimpeiras estudadas. Isso ocorre na primeira comercialização do mineral, quando o IUM é pago pelo comprador, isentando assim o garimpeiro, que depois usa o direito de abater em até 90%, no Imposto de Renda, a quantia referente ao ouro comercializado.